



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

## **O IMAGINÁRIO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE UBERLÂNDIA**

**Uma análise social do caso João Relojoeiro e caso Mamede na segunda metade do século XX<sup>1</sup>**

*Aline Daiane Diniz Ferreira\**

*Stéfany Rodrigues Tavares\*\**

**Resumo:** Este trabalho é resultado de pesquisas feitas na disciplina História Local e Regional: metodologias e ensino, sob a orientação do Prof. Dr. Florisvaldo. O nosso objetivo é analisar o papel da sociedade uberlandense durante o desenrolar dos processos judiciais e os modos pelos quais se constituem as memórias da cidade articuladas às representações instituintes do imaginário popular. Para a confecção do texto analisamos os processos envolvendo os casos “João Relojoeiro” e “Mamede”, que se encontram arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa em História- CDHIS, juntamente com uma bibliografia de apoio. Os casos mexeram diretamente com a população, que estava muitas vezes á margem de decisões e opiniões no cenário político de Uberlândia, tendo por isso que buscar outras formas de participação e manifestação, ações que vão marcar a memória de um momento histórico da cidade.

**Palavras chave:** Uberlândia. Imaginário. Memória.

### **INTRODUÇÃO**

A cidade de Uberlândia, palco de grandes acontecimentos, tem sua memória marcada á todo momento por estes, seja no cenário político, social ou cultural. São acontecimentos múltiplos, porém alguns marcam e permanecem na memória dos que presenciaram, e sobrevivem por meio da transmissão oral. Por isso, procurando algum fato marcante para a

---

<sup>1</sup> Orientador Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

\* Aline Daiane Diniz Ferreira. Graduada em História, cursando o 4º período na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: aline\_daiane08@hotmail.com.

\*\* Stéfany Rodrigues Tavares. Graduada em História, cursando o 4º período na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: stefany\_his@yahoo.com.br.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

população de Uberlândia, nos deparamos com dois crimes que chocaram e mobilizaram a cidade, são eles O Caso João Relojoeiro e o Caso Mamede, que aconteceram na segunda metade do século XX na cidade de Uberlândia, e hoje se encontram arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa em História- CDHIS, lugar onde pesquisamos e analisamos os dois processos.

Diante das análises feitas no processo criminal do “Caso João Relojoeiro” e do “Caso Mamede” que ocorreram em 1962 e 1975 respectivamente, o presente trabalho procura olhar esses dois crimes a partir de uma ótica que mostre quais as implicações sociais eles tiveram e como a população reagiu frente aos acontecimentos. É impossível negar a participação das classes populares nos dois casos. Dessa forma, buscamos diálogos e contribuições historiográficas em autores diversos, tais como: Iara Toscano, Jacques Le Goff, Carlo Ginzburg, Cornelius Castoriadis, Bronislaw Baczko <sup>2</sup>que puderam auxiliar na reflexão sobre as relações sociais e as formas instituintes do imaginário, para assim se pensar os processos de construção da memória de Uberlândia. Buscamos utilizar processos crimes como uma fonte escrita pelas autoridades a qual estamos também analisando. Segundo Correia:

(...) na perspectiva dos processos criminais que consideramos uma versão oficial dos acontecimentos (...). Todavia, não podemos afirmar que aqueles documentos contenham toda a verdade dos fatos: os processos criminais compõem apenas uma das numerosas versões desse caso. (CORREIA, 2004: 123-124)

Posteriormente a autora explica que a versão oficial citada por ela deve ser entendida como aquela versão que “como uma narrativa matriz que alimentou outras ou balizou os elementos que compõem a trama.” (CORREIA, 2004:124). O tema com o qual trabalhamos marcou a vida de muitas pessoas, personagens desses acontecimentos. Por isso percebemos a função social do historiador, uma vez que estamos reconstruindo a memória da população da cidade, que são os sujeitos históricos que conduzem os processos com os quais trabalhamos. Ao decorrer do texto pretendemos contextualizar os dois crimes, a fim de traçar comportamentos dessa sociedade que estava preocupada com a segurança local, assim como

---

<sup>2</sup> Autores que nos auxiliaram na compreensão dos acontecimentos que estamos estudando, bem como uma compreensão mais aprofundada sobre o imaginário, suas características, utilizações e práticas.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

estavam descontentes com os rumos e ações que estavam sendo tomadas no cenário político e social de Uberlândia por diversos motivos que dissertaremos mais a frente.

## **O CASO JOÃO RELOJOEIRO**

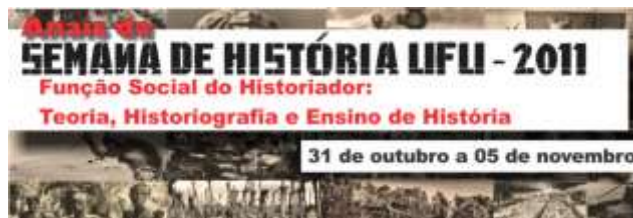
A morte de João Luiz Fagundes vulgo João Relojoeiro, foi uma consequência ao roubo da joalheria e relojoaria A Royal, cujos proprietários exerciam grande influência na cidade de Uberlândia. Nesse período, a justiça era totalmente influenciada pela política local que detinha o poder na região. Os cargos de grande importância na cidade de Uberlândia eram cargos de confiança, sendo substituídos a cada eleição juntamente com os cargos do executivo e legislativo. O processo de incriminação de João Relojoeiro se deu, graças a essas relações de poder. João Fagundes, um homem pobre, humilde, sem influência e acima de tudo, tinha a profissão de relojoeiro. A sua profissão foi utilizada como justificativa para acusá-lo do roubo, pois possuía conhecimento dos valores das peças roubadas.

Após a sua morte, surge um novo inquérito que acusa os investigadores do assalto e investigam as causas da morte do até então réu, morto sob a guarda da polícia local. O delegado foi substituído pelo Dr. Walter Luna Carneiro e o processo foi decidido sob a ação de júri popular nas cidades de Uberlândia e Araguari. O Vereador Walter Testa sequer foi indiciado, Roberto Testa, Geraldo Malachias e Bolivar Malaquias foram absolvidos por unanimidade e os investigadores do caso Vicente Ribeiro Veiga e Napoleão Alves foram os únicos condenados com um prazo de 2 anos e 4 meses e 3 anos respectivamente.<sup>3</sup>

Vários aspectos podem ser destacados nesse caso. Um deles é a utilização das leis para beneficiar aqueles que estavam interessados em encontrar um culpado para esse crime. João Luiz Fagundes foi indiciado através do princípio de Culpabilidade, ou seja, ele foi considerado suspeito do roubo, e assim deveria ser preso para extinguir o perigo de fuga ou de voltar a cometer outro crime. Ele foi preso e deveria provar a sua inocência para ser libertado. No decorrer do processo percebemos que esse era somente um pretexto para culpá-lo do

---

<sup>3</sup> Os dados encontrados neste trecho foram retirados do Processo Crime que possui o título de “João Relojoeiro”. Um processo de quase 1.200 páginas, dividido em duas pastas e localizado no Centro de Documentação Histórica (CDHIS) da Universidade Federal de Uberlândia. Essa pesquisa foi realizada para elaborar um trabalho na disciplina História Local e Regional ministrada pelo professor Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior. O grupo que executou a pesquisa foram as autoras desse artigo e a aluna Alyne Carvalho Alves.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

crime. O “culpado” inclusive possuía *álibi*, pois, na data do assalto estava trabalhando na propriedade de Alexandre Marques e mais tarde estava presente no velório de uma sobrinha que veio a falecer no dia anterior como consequência de um afogamento.

## CASO MAMEDE

Uberlândia 28 de outubro de 1975. É preso acusado de homicídio Pedro de Souza Mamede, mais conhecido como “Mamede Jr.”. O "Caso Mamede" chocou a cidade, um grande medo se espalhou por todas as partes, especialmente entre as mulheres que se sentiam ameaçadas por um possível "maníaco", que atacava e matava mulheres em terrenos vagos. Segundo depoimentos, Mamede era uma pessoa tranquila e com grande número de amigos. A sua prisão e condenação foi um espanto para os que o conheciam assim como foi chocante também a brutalidade e frieza dos crimes por ele cometidos.

No dia 10 de outubro de 1975, acontece o primeiro crime. Entre as 22:00 e 23:00 horas, nas proximidades da PETROMINAS em um terreno vago no bairro Marta Helena, agrediu a socos e matou por asfixia resultante de esganadura Maria Teresinha Vieira. No dia 24 de Outubro, em hora não apurada pela polícia, porém sabe-se que era no período da noite, próximo à indústria FUJIWARA, agrediu Joana Ferreira da Silva e matou-a por asfixia. No dia 25 de Outubro em um terreno vago do bairro Santa Mônica, por volta das 22:00 horas, agrediu e matou por asfixia resultante de esganadura Maria Teresa Miranda, conhecida como “Gaguinha”. No dia 27 de Outubro, por volta das 23:00 horas, agrediu Maria Rosa de Jesus em um terreno vago do bairro Presidente Roosevelt. Utilizou o macaco do carro para acertar a cabeça da vítima causando traumatismo crânio-encefálico. Depois, notando que a vítima ainda estava viva, matou-a por asfixia resultante de esganadura e arrancou-lhe os dois olhos. Pedro de Souza Mamede confessou seus crimes em depoimentos, e posteriormente em seus exames psicológicos:

Foi uma desgraça em minha vida. "uma desgraça mesmo, que eu me arrependo de ter feito. Coisa mais esquisita, eu andava bebendo muito e comprei um carro e ficava desnortado. Eu apanhava uma mulher, ia pro matagal, e quando via já tinha acontecido: o membro não endurecia, eu ficava humilhado e daí a pouco elas já estavam mortas, enforcadas. (CUNHA, 1975: 199)



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

Felizmente, com todos os indícios pistas e testemunha, a polícia chegou rapidamente a Mamede, o qual confessou os crimes e foi preso preventivamente. A polícia não podia correr o risco de deixar Mamede solto e surgir um novo assassinato. A dívida e responsabilidade social estavam muito fortes nas decisões tomadas pelas autoridades. A justiça trabalhou de maneira rápida, eficiente e justa. Uma grande equipe de investigadores estava empenhada no caso. Foram registrados todos os acontecimentos, do local do crime às vítimas. O trabalho de perícia foi muito completo. Vários laudos foram feitos para analisar e chegar exatamente ao que aconteceu.

Pedro de Souza Mamede foi condenado pelo homicídio das quatro mulheres com pena referente a 48 anos de prisão. Mesmo alegando que a primeira vítima havia sido deixada com vida no local, os exames chegaram à conclusão, que o crime foi cometido pelo mesmo, pois as características eram as mesmas dos outros crimes. Vários pedidos de condicional foram feitos, alguns deferidos e outros não. No dia 21 de Agosto 1997, foi deferido seu pedido, e ele passou a cumprir a pena em regime semiaberto. Nesse período a defesa do sentenciado, já trabalhava para entrar com pedidos de extinção da pena, conforme os desejos de “Mamede”. Após alguns meses, período em que o sentenciado já estava gozando do benefício de regime semiaberto, foi deferido o pedido de extinção da pena, mais especificamente em 15 de Fevereiro de 1998, após quase 26 anos de prisão. Desse modo, no dia 26 de Fevereiro, Pedro de Souza Mamede, saiu da penitenciária José Maria Alckmin em Ribeirão das Neves, para gozar de sua liberdade novamente.

## **Discussão**

Os dois casos mostram situações distintas frente à sociedade apesar de envolverem assassinatos. O Caso João Relojoeiro, envolveu duas esferas sociais, os “pobres” e a elite de Uberlândia. O Caso teve grande repercussão após a morte de João e a população se indignou com as atrocidades a ele cometidas. João fora injustiçado por pessoas ricas, assim morreu para livrar o nome da família Testa respondendo por um crime que não havia sido cometido. Já no Caso Mamede, temos o envolvimento de somente uma classe social. O acusado assim como as vítimas, segundo o processo criminal, eram pessoas humildes e sem influências no



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

cenário político de Uberlândia. Talvez por esses pequenos detalhes, podemos chegar a diversas conclusões sobre as providências legais tomadas pela justiça em cada processo.

O interesse das elites locais e do poder público uberlandense era construir uma imagem positiva da cidade para que ela se tornasse símbolo de progresso. Um progresso planejado, que por conta de ondas de violência que percorriam a cidade, estava ameaçado. Em 1959, ondas de protesto permeavam Uberlândia. O chamado "Quebra-Quebra" foi uma manifestação pública que demonstrava a insatisfação da população perante o governo, desde então, qualquer ocasião que fugisse do controle do poder público, poderia ocasionar em outra revolta popular. Para analisarmos os casos, é importante que falemos do ano de 1959 no qual ocorreu o "Quebra-quebra"<sup>4</sup>. Essa referência nos permite tomar conhecimento das tensões que permeavam a sociedade neste momento, pois, a população estava descontente com as ações do governo, o aumento dos preços e várias outras ações advindas do cenário político.

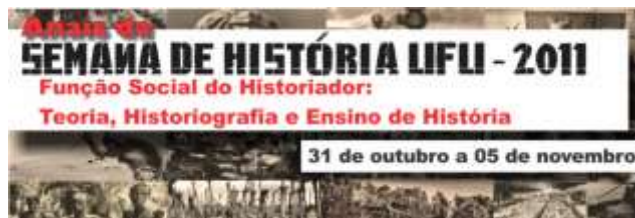
No decorrer do processo do assalto da relojoaria A Royal, a população não se movimentou ao que se sabe, a família Testa era de grande influência na cidade. As pessoas sabiam do que estava acontecendo, porém o medo da repressão impediu as movimentações. Isso não significa que a população não se comoveu com a trajetória de João Relojoeiro, homem humilde e "do povo". Podemos perceber isso com as manifestações que ocorreram após a morte de João. As pessoas passaram a santificar o homem e a prestar homenagens, tornando o seu túmulo local santo e de orações. Era uma forma de redenção com o morto pela indiferença enquanto o processo estava em andamento. Quanto a isso, o governo não fez nada. Todas as provas comprovavam que havia sido cometido um erro no julgamento, assim eles não estavam em condições de contrapor com a crença e manifestação popular, pois isso poderia desencadear agitações contra o governo na cidade.

A população por mais de uma década vinha se calando diante de ações autoritárias e de caráter duvidoso do governo. O julgamento rápido e eficaz de Mamede Jr., se fez necessário, pois diante dos fatos corriam o risco de uma nova manifestação da população em

---

<sup>4</sup> Ver mais em SANTANA, Eliene Dias de Oliveira. O "Quebra-Quebra de 1959" em Uberlândia. Disponível em:

<[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=quebra%20quebra%20em%20uberlandia&source=web&cd=4&ved=0CDYQFjAD&url=http%3A%2F%2Fportalnet.unirioja.es%2Fsrvlet%2Ffichero\\_articulo%3Fcodigo%3D3715341%26orden%3D0&ei=KXusTpTGDsTLgQf1o7nnDw&usg=AFQjCNHBM554-CheE1V5GXVn1DmY55VPg&sig2=eNuZpKX\\_0S9I6VMV0D3bsg](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=quebra%20quebra%20em%20uberlandia&source=web&cd=4&ved=0CDYQFjAD&url=http%3A%2F%2Fportalnet.unirioja.es%2Fsrvlet%2Ffichero_articulo%3Fcodigo%3D3715341%26orden%3D0&ei=KXusTpTGDsTLgQf1o7nnDw&usg=AFQjCNHBM554-CheE1V5GXVn1DmY55VPg&sig2=eNuZpKX_0S9I6VMV0D3bsg)>. Acesso em: 29 nov. 2011.



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

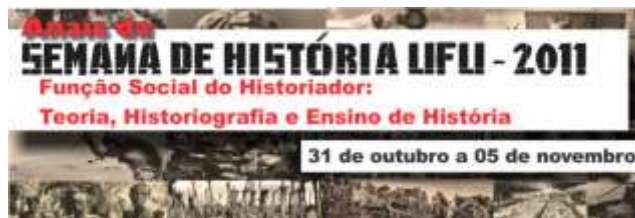
massa, colocando assim em risco a ordem da cidade que era tão priorizada nos discursos e ações públicas. Uma onda de medo começava fazer com que esses casos tornassem assuntos muito discutidos pela população. Podemos perceber a ação eficaz da polícia como uma demonstração para a população, esta que não tinha motivos de orgulho nenhum devido aos erros e injustiças cometidos por parte do governo e polícia. O povo encontrava-se amedrontado em meio a tantos acontecimentos violentos dos últimos tempos e também com um sentimento de injustiça com relação a morte de João Relojoeiro. Isso fez com que criasse um mito acerca desse personagem. João Luiz Fagundes, mesmo sendo conhecido pelos seus problemas com o alcoolismo e por problemas que causava devido a esse vício, posteriormente acaba sendo visto como uma pessoa que morreu injustamente. Acaba sendo visto como “Cristo, morreu inocente”. (CORREIA, 2004:125).

O imaginário, constituído das dimensões racionais e irracionais, mobiliza a população uberlandense na busca de alternativas para os mandos e desmandos da justiça, da polícia, dos políticos e das elites. Se, pela “justiça dos homens”, um homem havia morrido como um bode expiatório para um roubo, na “justiça divina” a imagem desse mesmo homem era capaz de realizar tarefas impossíveis, inclusive foram atribuídos a ele diversos milagres:

(...) tudo que se apresenta no mundo social-histórico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele (...) nada permite delimitar as fronteiras do simbólico (...) a sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (...) participa, enfim do racional. (CASTORIADIS, 1982: 142-144)

Diante do emaranhado de acontecimentos, a população que participa direta ou indiretamente é responsável pela construção da memória da cidade. As pessoas vivem e passam por diversas experiências, cada uma a partir de suas experiências sociais, mas essa experiência é também o registro de um acontecimento. E a partir de relatos e memórias dos sujeitos históricos podemos (re) construir a memória da cidade de Uberlândia.

Contudo, o medo de cair no famigerado positivismo ingênuo, unido a exasperada consciência da violência ideológica que pode estar oculta por trás da mais normal, á primeira vista, inocente operação cognitiva, induz hoje muitos historiadores a jogar a criança fora junto com a água da bacia - ou, deixando de lado as metáforas, a cultura popular junto com a documentação dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada. (GINZBURG, 1987)



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

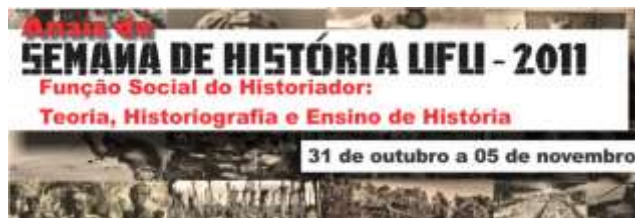
Não podemos deixar de lado o imaginário popular, as experiências que as pessoas trazem ao longo dos anos. É preciso saber analisar todos os sinais e vestígios para sermos justos e coerentes ao escrever sobre determinados assuntos. Referente ao caso João Relojoeiro, percebemos que sua história está presente até hoje no nosso cotidiano. A santificação do homem, fez com que a crença passasse de geração em geração, e assim a sua trajetória é de conhecimento de maior parte da população, esta que não necessariamente presenciou o acontecido, pois a transmissão oral, o imaginário popular vai muito além do que podemos imaginar. Através de diversos relatos acerca da imagem de João Relojoeiro, podemos perceber que essas histórias vão sofrendo alterações e outras elaborações ao longo do tempo. Sua história possui características de diversas vozes da sociedade que ao decorrer do tempo vai sofrendo (re) significações em meio às identidades construídas na sociedade:

As imagens construídas a seu respeito representam uma multiplicidade de vozes e desejos expressos nas maneiras de narrar esse episódio que permitem visualizar, nesse cenário, o campo de lutas e interesses de classes nele forjados. (CORREIA, 2004: 130)

A construção desse imaginário pode ser repleta de contradições acerca de sua elaboração. Desde a manifestação de interesses particulares a conflito de interesses ocorridos no interior do imaginário social. O imaginário social é alimentado por ações, desejos, crenças, criações da sociedade envolvida.

Percebemos que a postura da sociedade é bastante distinta nos dois casos. No primeiro, referente a João Relojoeiro, ela se comove e traduz o acontecimento em prática cultural, onde vão santificar e interceder ao “mártir”. A violência que foi cometida a ele é lembrada e colocada semelhante ao campo religioso no surgimento dos santos a partir do sofrimento em vida. Ainda hoje temos diversas produções literárias sobre o acontecido, ainda hoje a imprensa relembra a sua morte, especialmente no dia 2 de Novembro, que é dia de finados. Neste dia diversas homenagens são feitas e deixadas no túmulo de João, este que é visitado durante todo o ano pelos fiéis. Já no caso Mamede, na própria elaboração desse trabalho pode perceber que, não é tão lembrado, por questões simples, não verificamos nenhum material produzido sobre o acontecimento. Voltando ao que ocorreu, percebemos





V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

que, as mulheres foram assassinadas, o que chocou a população, isto é fato e o processo criminal nos traz essas informações, porém, o autor dos crimes, foi pego e punido justamente pelo que fez. Assim, o réu pagou a sua dívida com a sociedade, esta que já não tinha o que cobrar do mesmo. Muito diferente do que ocorreu com João Luiz Fagundes.

O imaginário é uma forma que a população tem de se representar, expressar suas ideologias e pensamentos sobre si mesmos e sobre os indivíduos que a rodeiam. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir a experiência dos agentes sociais, mas também a partir de seus desejos, aspirações e motivações. (BACZKO, 1985: 311)

Portanto, o imaginário social é importante para a construção da memória de Uberlândia. Percebe-se que ações mal resolvidas, não são esquecidas pela população e as movimentações que ocorrem são carregadas para além de gerações. A experiência, o desejo e os pensamentos que cada pessoa traz consigo somada ao coletivo ocasiona essa representação que tanto nos auxilia no trabalho historiográfico, aumentando assim as nossas possibilidades de análise sobre os acontecimentos históricos e em particular neste caso, sobre a história de Uberlândia.

### **Referências bibliográficas**

- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social” in: *Enciclopédia Einaudi*. Volume 5: *Anthropos – Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. pp.296-332.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynand. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 (col. Ruos da Cultura Moderna), vol. 52, PP. 142-152.
- CORREIA, Iara Toscano. *Caso João Relojoeiro: um santo no imaginário popular*. Uberlândia: Edufu, 2004. p.324 .



V. 1, n. 1, Uberlândia: 2011. ISSN: 2317-8310

CUNHA, Fábio Borges; ESCRIVÃO. *Processo crime do caso "Mamede"*. Uberlândia: CDHIS, 1975.p.199. Exame psiquiátrico de Pedro de Souza Mamede. Versão subjetiva do caso. Processo.

DARNTON, Robert. O trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na rua saint-sévverin. In: DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. Cap. 2, p. 103-139.

GINZBURG, Carlo; 1939. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1987. Traduzido por: Maria Betânia Amoroso.